



INTERCÂMBIO

## Não metam gênero na nossa religião! Educação em disputa nos movimentos “Escola sem partido” e “Con mis hijos no te metas”

*Do not put gender in our religion! Education in dispute in the movements “Escola sem Partido” and “Con mis hijos no te metas”*

*Clarissa de Franco\**

*Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho\*\**

**Resumo:** A pesquisa analisou discursos sobre a retirada do debate de gênero e educação sexual nas escolas nos movimentos Escola Sem Partido e Con Mis Hijos No Te Metas, observando o papel das narrativas religiosas. Partimos de duas grandes estratégias narrativas de controle sobre a sexualidade indicadas por Foucault (2015): 1) psiquiatrização da sexualidade perversa; 2) pedagogização do sexo da criança. Como resultado da análise de discurso, observamos que a narrativa cristã conservadora presente na amostra de pessoas adeptas dos movimentos reforça os binarismos de gênero, enfatizando corpo biológico como divino e as transformações culturais como desvios, traz discurso patologizante sobre as sexualidades não tradicionais e associa sexualidade com moralidade, cooptando-a para domínio das religiões. Essa base narrativa sustenta as relações entre religião, gênero e educação no contexto dos dois movimentos latinos.

**Palavras-chave:** Gênero e religião. Ideologia de gênero. Religião e educação. Escola Sem Partido. Con Mis Hijos No Te Metas.

**Abstract:** The research analyzed speeches about the withdrawal of the gender and sexual education debate in schools in the Escola Sem Partido and Con Mis Hijos No Te Metas movements, observing religious narratives' role. We started from two great narrative strategies of control over sexuality indicated by Foucault (2015): 1) psychiatrization of perverse sexuality; 2) pedagogization of the child's sex. As a result of the discourse analysis, we observed that the conservative Christian narrative present in the sample of people adept at the movements reinforces gender binarisms, emphasizing the biological body as divine and the cultural transformations as deviations, brings pathologizing discourse on non-traditional sexualities, and associates sexuality with morality, co-opting it to dominate religions. This narrative basis supports the relationship between religion, gender, and education in the two Latin movements.

**Keywords:** Gender and religion. Gender ideology. Religion and education. Escola Sem Partido. Con Mis Hijos No Te Metas.

---

\* Professora colaboradora da UFABC (Santo André-SP). Doutora em Ciência da Religião (PUC-SP). ORCID: 0000-0002-9763-8697 - contato: [clarissadefranco@hotmail.com](mailto:clarissadefranco@hotmail.com)

\*\* Docente-visitante do PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB (João Pessoa, PB). Doutor em História (USP). ORCID: 0000-0002-4808-9345 - contato: [edumeinberg@gmail.com](mailto:edumeinberg@gmail.com)

## Introdução

Esta investigação teve como objetivo principal analisar discursos favoráveis e contrários aos movimentos Escola Sem Partido e Con Mis Hijos No Te Metas, voltados especificamente às questões de gênero, sexualidade e moralidade. A análise considerou também o papel da narrativa religiosa no contexto da disputa discursiva em torno do debate sobre a retirada de gênero e educação sexual dos currículos escolares. Os discursos foram coletados em mídias tradicionais e sociais e documentos públicos ligados diretamente aos dois movimentos.

A educação tem sido campo de disputa discursiva, no que tange às questões de gênero, sexualidade e conduta moral, de maneira mais acentuada na última década, mas desde os anos 1990 tal cenário tem se modificado. Conforme indicam alguns estudos (Souza, 2014; Rosado-Nunes, 2015), as religiões, em especial as cristãs, passaram a formar parte dessa disputa discursiva mais fortemente quando a ONU assumiu, nas Conferências de Cairo (1994) e Pequim (1995), compromissos explícitos em relação ao tema de gênero (Favier, 2012). As reivindicações da chamada terceira onda do feminismo (Humm, 1990) passaram a apelar mais fortemente para a desconstrução de narrativas dicotômicas, fixas e pré-concebidas sobre gênero e sexualidade, colocando atenção na produção de discursos normativos (Foucault, 2015; Butler, 2001; 2003).

Nesse contexto, países de formação e composição marcadamente cristã, como é o caso de boa parte dos países da América Latina, viveram movimentos de reação de setores conservadores de grupos religiosos cristãos, incomodados com o que percebiam como ameaça às perspectivas de família tradicional, de natureza do homem e da mulher e de conduta moral e sexual adequadas. As políticas para a educação passaram a ser alvos de disputas discursivas entre parlamentares, lideranças religiosas, mães, pais e educadorxs<sup>1</sup> sobre opiniões e crenças que envolvem gênero, moralidade e sexualidade.

A complexidade desse fenômeno chegou aos debates de consolidação dos Planos Nacionais de Educação e dos Planos Curriculares Nacionais para o ensino de vários países, como o Brasil, Peru, Bolívia, Argentina, Paraguai, Colômbia, Costa Rica, Equador e Chile, e a questão de gênero tem ocupado centro dos conflitos. Os ataques à chamada “ideologia de gênero” têm se consolidado como ataques aos debates científicos dos estudos de gênero e aos movimentos militantes, geralmente associados ao campo ideológico-político da “esquerda”. Em tal debate, têm assumido protagonismo as religiões cristãs conservadoras, agora com a aliança política entre evangélicxs e católicxs no contexto da política brasileira (Souza, 2014).

Conforme veremos a seguir, os movimentos são distintos, já que o Escola Sem Partido tem outras reivindicações, além da questão de gênero, e tornou-se Projeto de Lei. Passemos a um breve contexto histórico do Escola Sem Partido e Con Mis Hijos No te Metas.

---

1 Para contemplar uma linguagem inclusiva de gênero, optamos por utilizar “x” em vez de artigos definidos como “o” ou “a”.

## Movimento Escola Sem Partido (ESP)

Como observam Frank Antonio Mezzomo (2019), Toni Reis (2016) e Salomão Ximenes (2016), o movimento Escola Sem Partido teve início no Brasil a partir de uma campanha de mesmo nome iniciada em 2004 e liderada pelo procurador de São Paulo Miguel Nagib, que protestava contra a “doutrinação ideológica” em sala de aula e propunha afixar cartazes nas salas de aula sobre deveres de professorxs.

O movimento organizou-se em um site de divulgação que aponta a si mesmo como: “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação políticoideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Nagib, no site). Miguel Nagib conta, no site, que buscou inspiração em movimentos religiosos cristãos estadunidenses como o “Save Our Children”, que desde a década de 1970 aponta preocupações sobre a educação sexual das crianças nas escolas.

A campanha do Escola Sem Partido foi crescendo em um contexto em que o Brasil foi caminhando para o fortalecimento de posições conservadoras na política, e ganhou apoio de parlamentares até se tornar um Projeto de Lei estadual e outro municipal em 2014, os PLs 2974/2014 e 867/2014, ambos propostos pelos filhos do presidente recém-eleito Jair Bolsonaro, respectivamente Flavio Bolsonaro (na época, do PP e atualmente filiado ao PSL/RJ) e Carlos Bolsonaro (PSC/RJ). No mesmo ano, o PL 7180/2014, proposto pelo deputado Erivelton Santana (PEN-BA), da Frente Parlamentar Evangélica, trouxe o tema para a esfera federal. Segundo Fernanda Moura, desde 2016 as propostas em âmbito municipal, estadual e federal que se agregam ao Programa Escola Sem Partido saltaram de aproximadamente 40 para cerca de 160 (Moura, 2016).

As temáticas de sexualidade e gênero tornaram-se, nos Projetos de Lei associados ao Escola Sem Partido, centro das propostas de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) do Brasil, junto com a perspectiva de protesto contra o que o movimento denomina de “doutrinação” que seria realizada em termos políticos e ideológicos por educadorxs. Na página oficial do movimento ESP no Facebook, fica explícita a agenda contra a ideologia de “esquerda”. Ataques ao comunismo, marxismo e a representantes ligados a esses movimentos são frequentes. Luis Felipe Miguel afirma que “o crescimento da importância do MESP (Movimento Escola Sem Partido) no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero.” Para este, “antes, a ideia de uma Escola Sem Partido focava sobretudo no temor da ‘doutrinação marxista’” (Miguel, 2016, p. 595).

Atualmente, os Projetos de Lei do Escola Sem Partido contam com um site para divulgação, esclarecimento e adesão, tendo incorporado e unificado propostas apresentadas por distintxs parlamentares. Traz como justificativa pública para sua criação, o seguinte texto:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (Pl 867, 2015, p. 5).

Portanto, a justificativa para a criação do Projeto de Lei ressalta a conduta moral sexual como um fator determinante para seu embasamento. As questões de gênero e sexualidade permeiam os discursos normativos que estão na base da criação dos Projetos de Lei. O Artigo 2º do Projeto de Lei unificado (PL 867 2015, p. 5) cita claramente a questão sexual e de gênero: “Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.”

No site, que traz os Projetos de Lei e reúne os fundamentos e justificativas do movimento, o tema está assim assinalado: “os valores de ordem familiar têm precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Esse ponto incita uma perspectiva de disputa entre família e escola, sobre quem teria prioridade para abordar a educação moral e sexual, que será abordada no momento da discussão nesse texto.

Cabe indicar que as questões de gênero e sexualidade foram ocupando mais espaço a partir dos pareceres e debates sobre os Projetos. Emitido em maio de 2018, o parecer sobre o PL 7180/2014 e outros agrupados à temática, do deputado que assina como Flavinho (Flavio Augusto da Silva, PSC/SP), ligado à Renovação Carismática Católica, propõe a retirada de gênero e educação sexual dos currículos de maneira ampliada e explícita na redação original do PL, conforme indica a citação abaixo:

A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo “gênero” ou “orientação sexual”. (Parecer do PL 867/2015, Flavinho, 2018, pp. 24-25)

O Projeto de Lei não teve aprovação em 2018. No entanto, o movimento segue se organizando para reapresentá-lo à Câmara dos Deputados no Brasil em 2020.

## **Movimento Con Mis Hijos No Te Metas**

O movimento Con Mis Hijos No Te Metas, como explica Paulo Barrera (2017), emerge oficialmente no Peru em fins de 2016 por conta de orientação do Ministério da Educação, que pretendia estimular a igualdade de gênero. Em dezembro de 2016, aconteceram manifestações contra políticas públicas do ministro Jaime Saavedra, que propunha implementar educação sexual e de gênero no Currículo Nacional em 2017. Veronique Lecaros (2019) observa que essa proposta estava sendo desenvolvida havia mais de uma década, sem desembocar em protestos. A acusação contra o termo “gênero” se dava pela suposição de que seria imposta uma “ideologia de gênero”. Além disso, um livro didático que mencionava a existência de diversos tipos de família foi acusado de promover a normalização da homossexualidade. O movimento nasce com este temor, de que as crianças se tornassem homossexuais: daí a exigência “não se metam com meus filhos”, ou ainda, “não faça deles homossexuais” (Lecaros, 2019).

Diferentemente do Escola Sem Partido, Con Mis Hijos No Te Metas é um movimento social que não se tornou um projeto de lei, mas interferiu e segue interferindo em projetos de lei e políticas públicas já existentes para a educação nos países em que atua.

Além dos países latinos aqui pesquisados (Peru, Argentina, Chile, Colômbia, Bolívia, Costa Rica, Paraguai, Equador), alguns países europeus têm aderido ao movimento, como a França e a Espanha, que não serão foco de nossa análise.

Chamando de ideologia de gênero a perspectiva de valores plurais sobre gênero e sexualidade, representantes de vários setores da sociedade passam a atacar políticas públicas ligadas ao gênero, dentro e fora do contexto da Educação, acusando-as de serem parte de um movimento global de dominação, conforme vemos na fala do editorial peruano *Diario Uno*:

La imposición de la ideología de género por parte de los organismos internacionales obedece a una estrategia de dominación sobre los pueblos que integran el sistema global. [...] los que controlan la economía del mundo, han apelado a grupos sociales manipulables para sus propios fines, invirtiendo millones de dólares en promover una lucha mundial por el reconocimiento de supuestos derechos LGTB, por encima de los derechos humanos que ya tienen como todo ser humano, empoderando a sus líderes y convirtiéndolos en grupos de poder político en sus naciones, para imponer la agenda gay en las políticas públicas.

No Peru, as primeiras manifestações do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* conseguiram, com o movimento de dezembro de 2016 e as marchas convocadas em janeiro e março de 2017, barrar a implementação de parte do novo Currículo Nacional para Educação Básica, que tratava de educação sexual e gênero.

O documento orientava o professor e professora a fomentar a “valorização respeitosa do corpo” como forma de “prevenir situações de abusos sexuais”. E chamava para a não reprodução de estereótipos preconceitos sobre mulheres e homens. Um dos trechos do documento do novo Currículo Nacional para a Educação Básica no Peru que foi alvo de polêmica e teve que ser revisado foi: “embora o que consideramos feminino ou masculino seja baseado em uma diferença biológica sexual, essas são noções que construímos dia a dia, em nossas interações<sup>2</sup>.”

O debate no Peru chegou a contar com denúncias do movimento CMHNTM de que o guia de estudos de alunos de sexto ano publicado pelo Ministério da Educação em novembro de 2015 havia modificado algumas imagens do livro *Caperucita Roja* (Chapeuzinho Vermelho) para incluir a questão de gênero. Outro conto, intitulado *Oliver Button es una nena*, que busca eliminar discriminações contra pessoas que optam por atividades associadas com o sexo contrário, também fez parte das disputas discursivas.

*Con Mis Hijos No Te Metas* logo tornou-se uma Associação organizada por meio de redes sociais, que convoca manifestações e marchas, e passou rapidamente a ser representada em vários países da América Latina. O movimento é articulado pelas redes sociais como Twitter e Facebook e conta com publicações e vídeos militantes, chamando para marchas em todo o país, com a hashtag #GéneroNuncaMais. As mensagens de um número grande de seguidorxs indicam que as crianças seriam “dos pais e não do Estado”. Descrevem a si mesmos como:

---

2 Partes do documento foram descritas na reportagem de Mariana Scheiber: “Como movimentos similares ao Escola Sem Partido se espalham por outros países”. BBC News Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44787632>. Acesso em nov. de 2018.

[...] un movimiento ciudadano que nace como reacción a la imposición de la Ideología de Género en nuestros hijos mediante el sector educativo en los diferentes estados soberanos. Esta imposición se impulsa por presión del lobby LGTBI y las fuerzas políticas que postulan y apoyan consciente o inconscientemente la “Teoría de Género” definido apropiadamente como “Ideología de Género” tanto de forma nacional como internacional. La ideología de género propone una nueva concepción antropológica y filosófica del ser humano, basado en los pensamientos subjetivos y fantasiosos mas no la realidad objetiva y verificable de nuestra naturaleza y esencia humana (Página Oficial do Con Mis Hijos No Te Metas no Facebook).

## **Análise dos discursos sobre gênero, sexualidade e moralidade no contexto dos movimentos ESP e CMHNTM**

Em *A História da Sexualidade I*, Foucault (2015) aponta alguns conjuntos estratégicos narrativos sobre a sexualidade desenvolvidos como forma de controle social a partir do século XVIII. Para o autor, dentre essas estratégias destacam-se a pedagogização do sexo da criança, que aponta a ambiguidade com que a sexualidade infantil é vista, como um estado limiar sexual que exige controle e alerta das pessoas adultas, uma vez que a criança pode se tornar uma adulta com sexualidade “perversa”; e também a estratégia de psiquiatrização do prazer perverso, que reflete as narrativas de patologização de sexualidades, subjetividades e afetividades não tradicionais (Foucault, 2015, pp. 112-125). Na obra de Foucault, quando se refere ao prazer visto como perverso, trata-se mais fortemente do campo da homossexualidade; no entanto, após os debates pós-foucaultianos de autorxs como Judith Butler (2001; 2003), Paul Beatriz Preciado (2014), Guacira Lopes Louro (2014), compreendemos que tais análises foucaultianas podem se estender como chaves de leitura para vivências como a homoafetividade e a transgeneridade, que também sofrem com narrativas de controle e patologização.

Utilizaremos essas estratégias narrativas como parâmetros na análise dos discursos sobre Escola Sem Partido e Con Mis Hijos No Te Metas. Fundamentamo-nos em discursos de pessoas adeptas destes dois movimentos ideológicos, considerando os vários países nos quais se observam os movimentos. A escolha da amostra foi baseada em manifestações públicas (discursos, opiniões, entrevistas...) sobre gênero, sexualidade e moralidade, coletadas em mídias sociais, tradicionais ou documentos oficiais dos dois movimentos (principalmente projetos de lei, pareceres, e páginas oficiais dos movimentos na rede social Facebook), considerando posicionamentos relativos à retirada do debate de gênero e educação sexual dos currículos nacionais de Educação. Embora os discursos estejam publicados na internet, optamos por utilizar iniciais para nos referirmos às pessoas que os emitiram. Deixamos explícitos os nomes originais apenas de figuras públicas, que emitiram suas opiniões em documentos públicos como pareceres e entrevistas. Não reproduzimos neste artigo todos os discursos pesquisados, em função da restrição de tamanho de texto. Nossa estratégia foi agrupar discursos de temas similares, mesclando os favoráveis e os contrários, trazendo como ilustração dos debates propostos e discussão dos temas. Transversalmente, analisamos o impacto dos discursos religiosos em tais narrativas.

*Categoria 1: “Psiquiatrização do prazer perverso”*

Nesse item, que envolve a visão de que as vivências de sexualidade e gênero que impactam em trajetórias identitárias não convencionais seriam patológicas, frutos de distúrbios, perversões e anomalias, Foucault (2015, p. 114) assinala que “o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se um papel de normalização e patologização de toda conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias”.

O pensamento em torno da patologização da sexualidade está apoiado em binarismos de gênero, apontados por vários estudiosxs da área (Judith Butler 2001; 2003, Londa Schinbinger, 2000; Diana Maffía, 2008; Donna Haraway, 2009). Os Estudos de Gênero em geral chamam atenção para a produção discursiva e normativa de dicotomias, nas quais a pluralidade e as nuances de subjetividades se perdem, dando lugar a definições estáticas, pré-concebidas, que tendem a naturalizar padrões e discursos.

Judith Butler (2001; 2003), que esteve no Brasil e foi hostilizada durante sua visita em novembro de 2017 por manifestantes que a acusavam de praticar “ideologia de gênero”, propõe uma reformulação das categorias binárias que tendem a criar estruturas cognitivas duras, que não correspondem à fluidez das possibilidades identitárias reais.

A autora coloca gênero e sexo como categorias discursivas que atravessam a trajetória de atuação social e modificam a localização dos/as sujeitos/as em sociedade. Butler (2001; 2003) traz uma ressignificação de concepções tradicionalmente vistas como dicotômicas no que se refere à natureza e cultura, significante e significado, sexo e gênero. Estas reformulações podem ser expressas pelo conceito de performatividade como ato do gênero, indicando que ser homem, ser mulher, ser homossexual, ser transgênero ou ser outra coisa não são realidades ou verdades internas e deixam de ocupar centralidade e localidade definidas, passando a ser subjetividades experienciadas em determinados contextos sociais. Essas formulações identitárias seriam móveis, fluidas, dinâmicas, marcas do percurso não linear identitário das pessoas, e não partes estruturantes de seu ser. Além disso, a autora (Butler, 2003) mostra que corpo também é uma construção cultural, sendo artificial o mecanismo de associar corpo somente com a biologia.

Autorxs de vários campos, como Stengers (2002) e Haraway (2009), têm questionado as fronteiras rígidas entre natureza e cultura, apontando em direção a uma complementaridade e indissociabilidade entre essas duas dimensões, sustentando o quão falaciosa seria a perspectiva de uma natureza pura e estanque. A natureza, por si, seria híbrida. Stengers aponta a falácia de leis naturais imutáveis; Haraway (2009) questiona as noções de natureza e cultura na medida em que oferece a metáfora do ciborgue como fruto das construções híbridas que se têm realizado entre humanos e máquinas, símbolo de fronteiras borradas. O ciborgue aparece como possibilidade identitária híbrida, fluida, que quebra dicotomias entre natureza e cultura, ser humano e máquina, ser humano e outros animais, feminino e masculino, corpo e mente.

Enquanto parte da(s) ciência(s) caminha na dissolução da antítese, numa trilha de conciliação entre natureza e cultura, entendendo que faz parte da natureza humana produzir cultura e parte da cultura humana produzir naturalizações que levam a

percepções de que determinados conceitos seriam naturais e anteriores aos processos culturais – como o conceito de corpo, explicitado por Judith Butler (2003) como fruto de naturalização, já que o corpo também deriva de construções sociais –, os discursos religiosos cristãos que adentram o debate dos movimentos aqui estudados resgatam o vigor da fronteira e da dicotomia entre natureza e cultura, numa alusão à divisão entre perfeição e imperfeição, divindade e humanidade, em uma perspectiva dualista entre natureza e cultura, valorizando a natureza e patologizando ou “demonizando” o que vem da cultura como aberração, perversão, doença ou síndrome. As identidades e subjetividades ressignificadas passam a desestabilizar estruturas normatizadoras de gênero e impactar nos discursos normativos que operam sobre este tema, entre eles, o discurso religioso.

A produção social de dicotomias observada nos Estudos de Gênero é corroborada por pesquisas que apontam as representações sociais de gênero (Alves, Amâncio, Alfares, 2008; Santos, 2008; Rubia, 2010) indicando que os estereótipos de gênero se repetem em diferentes países, classes sociais e idades, principalmente nos temas: patologização e estigmatização da homossexualidade, homoafetividade e transgeneridade; atribuição de características e papéis sociais a homens e mulheres que correspondem a estereótipos.

A patologização da homossexualidade e das identidades não tradicionais de gênero, como as identidades trans, é uma narrativa que durante tanto tempo violentou LGBTs, que a partir da década de 1980, um termo que era ofensivo e pejorativo para se referir a elxs: “queer” tornou-se positivado, utilizado desde então para afirmar a força política deste grupo. Guacira Lopes Louro (2004, p. 38) diz que “queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” e atualmente tal termo tornou-se símbolo da luta LGBT.

Dentro dessa perspectiva, observamos que pessoas adeptas da retirada do debate de gênero e sexualidade das escolas resgatam uma estratégia discursiva e heterocisnormativa bastante antiga e que tem colocado o debate no campo da educação dentro de uma perspectiva de disputa discursiva acirrada. Guacira Lopes Louro (2008) entende a educação como um campo de disputa discursiva no qual fronteiras de gênero têm apontado para abismos cognitivos entre as partes, que impedem ou dificultam as políticas de diferença.

Após compreender como se comporta tal estratégia narrativa, citamos alguns discursos presentes em pessoas adeptas dos movimentos Escola Sem Partido e Con Mis Hijos No Te Metas.

Discurso 1: “A regra, na natureza é XX e XY nos seres humanos, exceções são raras mesmo e vinculadas a problemas genéticos com algum impacto na saúde”. (FM, na página oficial do movimento Escola Sem Partido, s. d.)

Discurso 2: “Você está falando de DOENÇAS, então qualquer criança da sexta série sabe que é uma má formação. Estamos falando de seres humanos normais sem deficiências físicas e psicológicas. Só existem xx e xy e aberrações como trata a medicina”. (DS, na página oficial do movimento Escola Sem Partido, s. d.)

Discurso 3: “O matrimônio sim nos afeta negativamente a mais de 99% da população que somos NORMAIS, porque busca normalizar a DEPRAVAÇÃO HOMOSSEXUAL e a PEDOFILIA HOMOSSEXUAL na infância e nas seguintes



gerações que sofrerão o ABUSO INFANTIL, desde serem obrigados a observar “mostras de amor” DEPRAVADO e pornográfico desde idade jovem, passando por TOQUES INDEVIDOS, até a serem FORÇADOS A TER RELAÇÕES SEXUAIS COM OS DEPRAVADOS HOMOSSEXUAIS. Por isso, NÃO ao “casamento”? HOMOSSEXUAL!! (JI, tradução nossa do original em espanhol, na página oficial do movimento Con Mis Hijos No Te Metas, s. d.)

Discurso 4: “A maioria esmagadora tanto de intelectuais quanto da população em geral acredita que homem é homem e mulher é mulher”. [...] Não há precedente que prove que uma sociedade sexualmente plural seja realmente sustentável a longo prazo. (Deputado Flavinho, Flavio Augusto da Silva, parecerista favorável ao Projeto de Lei Escola Sem Partido, 2018).

Discurso 5: “Cada um pode sentir-se como mais lhe dê prazer... Um pode escolher ser cadeira ou sentir-se consolador, o que nunca vai conseguir é dobrar a realidade: homem, mulher... O resto se passa na cabeça da cada um e fica aí”. (SK, tradução nossa do original em espanhol, na página oficial do movimento Con Mis Hijos No Te Metas, s. d.)

Discurso 6: “Existem só dois sexos biológicos. Daí que alguém se sinta ou se auto-perceba de forma diferente é outro tema. Só existe um caso orgânico em que uma pessoa nasce com ambos os sexos, mas isso não a converte em uma terceira opção, sim em uma armadilha de sua genética. São as pessoas que há muito tempo de denominavam hermafroditas por possuir ambos órgãos reprodutivos em seus corpos, um predominante e outro mais atrofiado”. (ICA, tradução nossa do original em espanhol, na página oficial do movimento Con Mis Hijos no Te Metas, s. d.)

Discurso 7: “Morte às mães com bigode e aos pais que urinam sentados... infectam e matam o cérebro da humanidade”. (AC, tradução nossa do original em espanhol, na página oficial do movimento Con Mis Hijos No Te Metas, s. d.)

Analisando este bloco de discursos, observamos que a perspectiva dualista, que estabelece fronteiras dicotômicas entre homem e mulher, normalidade e patologia, sexo e gênero, está fortemente presente no grupo estudado. A estigmatização da homossexualidade é evidente nos discursos, em alguns, de forma mais contundente. Para Goffman (1988), a estigmatização é uma marca (física ou abstrata) que diferencia o normal do anormal, trazendo percepção de que o outro é inferior porque não se qualifica dentro da normalidade. Homi Bhabha (1998) aponta que a construção ideológica da alteridade do “outro” como degenerado dificulta uma política da diferença, operando em uma lógica de poder de apagamento do “diferente”. Nesse sentido, a patologização das sexualidades e identidades de gênero não convencionais reflete em seu bojo uma estratégia de exclusão, desqualificação e apagamento.

Os discursos operam na lógica de resgatar a narrativa biológica como natural e a autoridade do discurso médico como forma de validação de seu pensamento. Há uma legitimidade encoberta em tais discursos, que se refere à ótica do natural como aquilo que veio ao mundo, sem modificações, macho e fêmea. Nesse sentido, pode-se perceber que uma narrativa central na qual se acoram tais discursos é a ideologia de gênese, que pressupõe que Deus criou o homem e a mulher como na palavra bíblica que traz Adão vindo do barro e Eva de sua costela, sendo a mulher um complemento do homem (Maranhão Fo; Franco, 2019).

*Categoria 2: “Pedagogização do sexo da criança” e a “nefasta ideologia de gênero que destrói a família tradicional”.*

A pedagogização do sexo da criança, como já indicamos, é uma categoria lançada por Foucault para explicar as narrativas que apostam no estado intermediário ou “liminar” (Foucault, 2015, pp. 113-114) da sexualidade da criança, sugerindo que tal estado carrega um germe perigoso, porque indefinido, acerca do futuro de vivências relativas à sexualidade da criança que um dia se tornará umx adultx sexualmente ativx. Nesse sentido, a liminaridade sexual da criança exige dxs adultxs de vários setores da sociedade formas de controle e contenção.

A disputa pela “pedagogização do sexo da criança” envolve diretamente o debate presente nos movimentos a serem investigados nesta pesquisa. A educação tornou-se um importante palco no qual atua a disputa pela pedagogização da sexualidade e do gênero. Foucault (2015) afirma que existe uma ambiguidade considerada socialmente perigosa nas crianças, que seriam “seres sexuais liminares” (Foucault, 2015, p. 114). Essa condição de sexualidade ambígua e latente faz com que “os pais, as famílias, os educadores, os médicos, e, mais tarde, os psicólogos, todos” tenham que “se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo” (Foucault, 2015, p. 114).

No contexto dos movimentos Escola Sem Partido e Con Mis Hijos No Te Metas, tal narrativa encontra sua máxima expressão, uma vez que se trata de movimentos ligados ao contexto educacional, que abordam justamente o controle sobre a sexualidade das crianças. A principal bandeira desses grupos tornou-se o ataque à chamada “ideologia de gênero”, que é um conceito cunhado fora dos parâmetros científicos, ainda que recentemente esteja dentro dos debates acadêmicos, associado à negação das diferenças entre o masculino e o feminino. As pessoas que utilizam esse termo (ideologia de gênero) geralmente se sentem ameaçadas pela perspectiva de pluralidade e diversidade de gênero, pelas noções desconstrutivistas de gênero, apegando-se ao modelo binário que atrela gênero a sexo e a corpo, dividindo o mundo em macho e fêmea. Tal concepção passou a ser chamada de ideologia de gênese por grupos LGBTs (Maranhão Fo; Franco, 2019), que, de modo resumido, afirma:

[...] a ideologia de gênese atua descrevendo e prescrevendo, naturalizando, normalizando e normatizando a binariedade de gênero de modo a manter não somente o estatuto de superioridade do homem em relação à mulher, como da pessoa cisgênera em relação à pessoa transgênera e da pessoa heterossexual/afetiva em relação à pessoa não-heterossexual/afetiva. (Maranhão Fo.; Franco, 2019, p. 313)

Chamar de ideologia de gênero os estudos de gênero é desqualificar a narrativa científica dos campos sociais e humanos, uma vez que atribui a estes campos científicos um status que os desqualifica cientificamente, por associá-los às ideias de ideologia, no sentido de pensamento falacioso, fantasia, delírio ou desejo não fundamentado em bases científicas.

A crítica à “ideologia de gênero” apela para a noção de família tradicional, como forma de associar diversidade e pluralidade com perspectivas de destruição dos valores e das relações convencionais, quando, de fato, a perspectiva de gênero não afeta a

permanência das subjetividades tradicionais, reivindicando, sim, a não violência e a inclusão de outras perspectivas no cenário público.

As crianças e a família tradicional tornam-se centrais nesse debate, justamente porque o alicerce da ideologia de gênero é a perspectiva tradicional de gênero, que permite que homem e mulher procriem e estruturam a célula familiar. Por isso, a narrativa apontada por Foucault (2015) como “pedagogização do sexo da criança” revela o resguardo à família tradicional e o pânico moral de que meninos e meninas deixem de seguir seus destinos de meninos e meninas. “Investe-se em pânico moral quando as pessoas começam a falar que as crianças estão sendo ameaçadas. Os acusadores colocam os acusados na defensiva a partir de um suposto comportamento inaceitável, como ensinar sexo para as crianças” (Junqueira, 2018).

Nesse contexto, família e escola entram em uma disputa que envolve valores plurais versus valores privados. Como afirmou Ítalo Dutra (2018), então chefe de educação do Unicef, “os valores familiares não precisam ser contrapostos pela escola, mas precisam ser colocados em perspectiva, entendendo que existe uma variedade de valores. Temos crianças e adolescentes sofrendo muito com esse apagamento da possibilidade de discutirem sua identidade de gênero”.

Discurso 8: “A família tradicional é papai, mamãe e filhinhos. Naturalmente, nós respeitamos as opções diferentes, mas não vamos inculcar (essa percepção) nas escolas públicas” (Enrique Riera, ministro da Educação do Paraguai, apoiador do Con Mis Hijos No Te Metas, que determinou a retirada de materiais didáticos, herdados da gestão anterior, que diziam que gênero é uma construção social, 2018. A fala se encontra traduzida na reportagem).

Discurso 9: “A ideologia de gênero é nefasta. Unidos pela defesa da família e da infância peruana.” (YC, traduzido do original em espanhol, na página oficial do movimento Con Mis Hijos No Te Metas, s. d.).

Discurso 10: “Ideologia do gênero significa erotização precoce, sem consentimento da família e promovida pelo Estado” (Bráulio Matos, vice-presidente do Escola Sem Partido, 2018).

Discurso 11: “Acabei de tirar o meu filho de 3 anos da escola, nos EUA, após a professora ler um livro sobre “menino virar menina” e vice-versa, em sala de aula” (ACM, na página oficial do movimento Escola Sem Partido no Facebook, s. d.).

Discurso 12: “Ao Estado, aos jornalistas surdos, à minoria que quer doutrinar, às feministas, aos desviados, a todos dizemos: não se metam com nossos filhos!!! Não vão destruir nem degenerar a família que é a base da sociedade onde se aprendem valores. Eu digo não à ideologia de gênero, sim à família tradicional” (CL, traduzido da página oficial do movimento Con Mis Hijos No Te Metas no Facebook, s. d.).

Discurso 13: “Segundo os pais, muitas das crianças choravam enquanto perguntavam se elas também teriam que mudar de gênero. Crime!” (RC, na página oficial do movimento Escola Sem Partido no Facebook, s. d., em referência a uma atividade escolar sobre transgêneros em uma escola).

Discurso 14: “A ideologia de gênero é precisamente isso, uma IDEOLOGIA, e portanto, carente de todo o rigor científico. A ciência a contradiz totalmente” (JPG, traduzido da página oficial do movimento Con Mis Hijos No Te Metas no Facebook, s. d.).

Discurso 15: “Nosso objetivo é erradicar a ideologia de gênero do Peru, do continente e do mundo. Nesse sentido, as conexões com o Brasil e outros países fazem parte da estratégia programática no curto, médio e longo prazo”. (Christian Rosas, porta-voz do movimento Con Mis Hijos No Te Metas, 2018)

Discurso 16: “Aqui faz-se necessário tratar de uma das facetas mais tacanhas com a qual pode se materializar a doutrinação, que é a chamada “Ideologia de Gênero”, que alguns desejam implantar nas escolas. Trata-se de uma concepção extremamente controversa, defendida por uma minoria de intelectuais e ativistas políticos, [...] segundo a qual o “gênero” é um construto social dinâmico e suscetível de mudanças, não uma imposição biológica. Para eles, a palavra “gênero” não é mais sinônimo de “sexo”, como na perspectiva convencional; mas refere-se a um papel social que pode ser construído – e desconstruído – conforme a vontade do indivíduo. Para os ideólogos do gênero, ninguém nasce homem ou mulher, torna-se; e é perfeitamente possível, afirmam, a alguém ter sexo masculino, como herança biológica, e adotar o gênero feminino, enquanto construção social e subjetiva; e vice-versa. A partir dessa distinção, altamente questionável em termos filosóficos e científicos, procura-se impor às crianças e adolescentes uma educação sexual que visa a desconstruir a heteronormatividade e o conceito de família tradicional em prol do pluralismo e diversidade de gênero. (...) Trata-se de uma concepção meramente “teórica”, pensada “de fora” como um ideal a ser imposto na sociedade, sem precedentes empíricos inquestionáveis.” (Deputado Flavinho, Flavio Augusto da Silva, em Parecer do PL 7.180/2014 [e apensados], 2018).

Discurso 17: “Normalmente esse pessoal é sutil. Eles não escancaram. Vão fazendo aos poucos. Ela não escreveu na fantasia: dia do orgulho gay. Ela fez todo um calendário do mês de junho, e no dia do orgulho gay, pintou com as cores do arco-Íris. Nenhuma criança de 3 anos teria percepção para entender aquilo. Eu, por ex, falei pro meu filho q era calendário de verão”. (ACM, na página oficial do movimento Escola Sem Partido no Facebook, s. d.)

Discurso 18: “Também minha neta foi tirada da escola em que no maternal já se indicava livros como: Frida Khalo para meninas e meninos!!!”. (MJR, na página oficial do movimento Escola Sem Partido no Facebook, s. d.)

Conforme pudemos observar, a defesa da família tradicional se repete em vários discursos, assim como a perspectiva de que as crianças estão sendo corrompidas pelas orientações de professorxs que se abrem à pluralidade de gênero, ou, segundo as pessoas adeptas dos movimentos Escola Sem Partido e Con Mis hijos No Te Metas, à ideologia de gênero.

Percebe-se que os estudos de gênero são desqualificados nos discursos como se fossem uma perspectiva não científica, minoritária, ideológica. Quando o deputado Flavinho diz que a chamada ideologia de gênero “trata-se de uma concepção meramente teórica, pensada ‘de fora’”, podemos nos remeter à estratégia observada por Boaventura de Souza Santos (2007) sobre o estabelecimento de fronteiras nas quais as categorias de centro e periferia, dentro e fora, reforçam distâncias cognitivas que acabam por promover exclusões e hierarquizações nos discursos. Tratam-se de linhas abissais que separam as realidades em inteligíveis e não inteligíveis, o universo do “nós” contra “eles”. Um claro discurso colonizador que desqualifica o “eles” como representantes de pensamento não desenvolvido, fantasioso.

Conforme já apontado nesse texto, Homi Bhabha (1998) indica que apontar o “outro” como destituído de legitimidade no discurso opera em uma lógica de apagamento. No caso dos discursos sobre gênero, tal lógica legitima discursos alinhados com princípios cristãos, deslegitimando narrativas múltiplas de gênero e qualificando-as

como “ideologia de gênero”. Assim como Bhabha, a indiana Gayatri Spivak (1999: 198) mostra que a supervalorização de narrativas hegemônicas, coloniais ou tradicionais são sustentadas por um “regulamento histórico que define quem tem permissão de narrar”.

## O papel das narrativas religiosas

O discurso religioso que atravessa a amostra, conforme observamos anteriormente, remete mais fortemente ao universo cristão conservador e incide em reforços aos binarismos de gênero, em bases dualistas entre natureza e cultura, já aqui indicadas. A narrativa religiosa cristã tem colaborado para o reforço de dicotomias de gênero, conforme sugerem as pesquisadoras Lemos (2013), Souza (2014) e Rosado-Nunes (2005; 2015). Os discursos religiosos cristãos mais agudos têm identificado natureza como o que o divino nos trouxe e cultura como a “mão dos seres humanos” na obra de Deus. Construções culturais, portanto, carregariam ideologicamente a pecha de corromper, afrontar, desafiar, perverter a perfeição da obra original.

Sandra Duarte de Souza (2014), acompanhando os debates de gênero mundiais, afirma:

O rompimento dos padrões normativos das relações sociais de sexo e da sexualidade pelo feminismo é interpretado como uma ameaça contra o cristianismo e, por consequência, contra a sociedade. O medo social das mulheres, o medo social de homossexuais e travestis e, mais recentemente, de transexuais e transgêneros está pautado em um longo processo de invenção sociocultural do feminino e do masculino, das performances de gênero [...] que normalizaram as relações nas sociedades ocidentais” (Souza, 2014, pp. 199-200).

A esse respeito, assim se pronuncia Rosado-Nunes (2005, p. 363):

O primeiro objetivo dos estudos de gênero é desconstruir o preconceito de que a biologia determina o feminino, enquanto que a cultura ou a dimensão humana é uma criação masculina. Essas linhas diretivas do pensamento feminista têm nas religiões suas principais antagonistas, uma vez que estas definem “a natureza humana” como resultado de uma determinação divina intocável. As religiões têm, explícita ou implicitamente, em seu bojo teológico, em sua prática institucional e histórica, uma específica visão antropológica que estabelece e delimita os papéis masculinos e femininos. O fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não humana, não histórica, e, portanto, imutável e indiscutível, por tomar a forma de dogmas. Expressões das sociedades nas quais nasceram, as religiões espelham sua ordem de valores, que reproduzem em seu discurso, sob o manto da revelação divina.

Vejamos alguns exemplos de discursos que refletem esta estratégia narrativa:

Discurso 19: “É um ressentido adorador de Satanás. E não é causalidade que tenho visto muitos perfis de pró LGBT que são anti-cristãos e adoradores de Dom Satã. O que comprova que essa teoria é diabólica”. (MMA, tradução da página oficial do movimento Con Mis hijos No Te Metas, no Facebook, s. d.)

Discurso 20: “A Juíza deve ser de esquerda de gênero, porque não se explica que apesar do que o mundo sofre com essa ideologia, ela não se dê conta disso [...] Mas ela prestará contas a Deus, porque é Deus que põe as autoridades para que persigam aos que fazem mal, e proteger aos que fazem bem, e ela não cumpriu com seu dever, não se

importou com verdade nem justiça”. (IMCG, em referência à juíza peruana já citada. Comentário retirado da página oficial de Facebook do CMHNTM).<sup>3</sup>

Discurso 21: “Acredito mais na terra plana do que um traveco castrado se ‘transforme’ em mulher”. (DS, na página oficial de Facebook do movimento Escola Sem Partido, s. d.).

Discurso 22: “Se Deus está conosco, quem estará contra nós? Solidariedade e orações às famílias do Chile”. (AL, traduzido da página oficial do Facebook do movimento Con Mis Hijos No Te Metas, s. d.)

Discurso 23: “Os grupos de esquerda, liberais e anarquistas, têm algo em comum: odeiam a ordem e os desígnios de Deus. Remanescentes do Chile, não se rendam, vocês são o sal e a luz dos quais o eterno Senhor das Sagradas Escrituras se agrada. Vocês são os fiéis que nas ruas comunicam a verdade a uma sociedade cega e escurecida. Deus abençoe a sua Igreja no Chile (ER, traduzido da página oficial do Facebook do movimento Con Mis Hijos No Te Metas, s. d.)

Conforme podemos observar, as dicotomias já aqui apresentadas entre natureza e cultura, família tradicional e não tradicional, homoafetividade e heteroafetividade, trans e cisgenderidades são atualizadas para uma dicotomia que envolve os atores Deus e Diabo (Demônio ou Satanás). A estratégia de personificar o debate por meio da narrativa religiosa funciona como um uso de narrativas legitimadoras, sendo a religião, nesse caso, uma fonte de legitimidade para o discurso. A personificação em figuras religiosas amplia ainda mais tal mecanismo, conforme observa Lemos (2013).

Os países dos movimentos dos quais se trata os discursos desta pesquisa são de composição fortemente cristã em sua população em geral, mas tal composição é plural e não deve ser compreendida de maneira homogênea. A esse respeito, é importante observar que o pluralismo religioso – típico das sociedades modernas – não enfraquece as religiões, e sim reconfigura o campo religioso, mantendo viva a participação das religiões nos âmbitos públicos, conforme observa Paula Montero (2012). De todo modo, há que se considerar que existe um padrão nas narrativas cristãs que atravessam o campo discursivo do Escola Sem Partido e do Con Mis Hijos No Te Metas, geralmente associando sexualidades e identidades de gênero não tradicionais com práticas moralmente condenáveis.

A laicidade tornou-se um conceito em disputa nesse contexto. As reivindicações do Escola Sem Partido evocam a concepção de Estado laico, defendendo uma aparente neutralidade, quando, de acordo com Miguel (2016), os discursos religiosos estariam cooptando e alargando seus domínios. Vejamos o texto de justificativa do Projeto de Lei Escola Sem Partido:

15 – [...] se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos;

3 A juíza peruana Silvia Rueda Fernández julgou improcedente o pedido de adeptxs do Con Mis Hijos No Te Metas, de retirada do seguinte trecho do Plano Nacional Curricular de 2017: “Embora o que consideramos feminino ou masculino se baseie em uma diferença sexual biológica, estas são noções que estamos construindo dia a dia, em nossas interações”.

16 – Finalmente, um Estado que se define laico – e, que, portanto, deve manter uma posição de neutralidade em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é muitas vezes inseparável da religião.

17 – Permitir que o governo de turno ou seus agentes utilizem o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade é dar-lhes o direito de vilipendiar e destruir, indiretamente, a crença religiosa dos estudantes, o que ofende os artigos 5º, VI e 19, I, da Constituição Federal.

Com a proposta do Escola Sem Partido, ocorre uma estratégia de colocar pais e escola (Estado) em disputa, instituindo moralidade no campo de domínio da religião, e com isto alargando o conceito de laicidade para a esfera da moral e da sexualidade, como se laicidade também abarcasse neutralidade de concepções morais e sexuais. Nesse sentido, o conceito de ideologia de gênero se fortalece: justamente ao considerar sexualidade um campo de crença, a laicidade é estendida e ao tema da sexualidade, retirando o mesmo da esfera pública.

Tal estratégia foi anteriormente apontada pelo pesquisador Luis Felipe Miguel (2016), indicando que a narrativa religiosa adentra esse debate promovendo uma associação direta entre sexualidade e moralidade e assumindo moralidade como um domínio do campo religioso. Nesse sentido, sexualidade passa a compor algo não da esfera pública, mas que caberia exclusivamente à esfera privada, como a crença de cada grupo familiar. “Numa jogada paradoxal, a Igreja reforça sua centralidade política na medida em que busca despolitizar determinadas questões, invocando-as para a esfera em que sua autoridade seria mais legítima, que é a esfera da moral” (Miguel, 2016, p. 597). Não é por acaso que a educação religiosa está colocada ao lado da educação moral, resgatando a esfera do “direito dos pais”. Nesse ponto, há um uso deturpado do conceito de laicidade, que propõe a neutralidade do Estado nas questões religiosas, associando tal conceito a uma neutralidade em relação à sexualidade e gênero também. Vemos abaixo alguns exemplos dessa estratégia:

Discurso 24: “Acho que não deveria haver nenhuma forma de religião nas escolas públicas, isso e com a família e escolha pessoal. Assim como nenhuma forma de ideologia política, e nenhuma forma de inculcar ideologias de gênero. Somente informações acadêmicas, história como ela realmente foi, geografia, física, química, matemática, ciências, português, e línguas estrangeiras. Acho inclusive que vai faltar tempo pra todas essas matérias, mas se sobrar, pode sim pôr educação moral e cívica” (MED, na página oficial do Facebook do Escola Sem Partido, s. d.).

Discurso 25: “A sexualidade humana é objeto de regulação estrita por parte da religião e da moral, de modo que tanto as convicções morais dos alunos, como o direito assegurado aos pais pela Conferência Americana de Direitos Humanos<sup>4</sup> devem ser respeitados” (Miguel Nagib, em Parecer sobre Projeto de Lei do ESP, 2018, p. 7).

Discurso 26: “Os valores de ordem familiar têm precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (Justificativa oficial para a criação do Escola Sem Partido, site do movimento Escola Sem Partido).

---

4 A Conferência Americana de Direitos Humanos prevê, no Artigo 12, o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

As crianças, a partir dessas narrativas, tornam-se propriedades dos pais e mães. Cabe lembrar que a estratégia de delegar aos pais e mães o domínio da educação moral e sexual, num cenário de disputa entre os domínios do Estado (ensino) e da família, incorrendo em ausência do debate nas escolas, pode impactar em aumento dos casos de violência de gênero, abusos sexuais e práticas discriminatórias. O ministério da Saúde indica que a maior parte dos abusos sexuais ocorre dentro das famílias (Ministério da Saúde do Brasil, 2018, p. 13), e este é um forte argumento para a manutenção do debate de gênero e sexualidade na formação educacional básica, de modo a criar repertórios nas crianças e adolescentes sobre o tema, com fins de criarem repertórios para tentar se proteger ou denunciar violências e desrespeitos.

A ex-ministra da Educação do Peru, Marilú Martes, afirma: “Grupos evangélicos dizem que estamos confundindo as crianças. Não é verdade. Você não confunde quando informa bem e é isso que faz o Ministério da Educação: informar as crianças e jovens quais são seus direitos.” E prossegue: “Lamentavelmente, é justamente nas famílias que mais ocorrem violações a meninas menores. Como podemos dizer então que a educação sexual deve ser apenas promovida pelos pais se justamente os pais, tampouco educados, lamentavelmente causam danos a seus próprios filhos?” (Martes, 2016).

### Considerações finais

Conforme observamos através da análise dos discursos relativa às duas narrativas sobre a sexualidade mencionadas por Foucault (2015) e por nós escolhidas, a disputa central envolvida na retirada do debate de gênero e da educação sexual dos currículos escolares confirma a hipótese de Foucault de que o controle sobre a sexualidade das crianças refere-se a uma narrativa de que elas possuem uma sexualidade liminar, compreendida socialmente como “perigosa”, que deveria ser devidamente controladas e disciplinadas afim de não tornarem-se adultxs perversxs no futuro.

Em consonância com o observado na literatura mundial, verificou-se forte reprodução de estereótipos de gênero em apoiadorxs dos movimentos e da retirada do debate de gênero e educação sexual das escolas, com reforço a pensamentos dicotômicos, forte patologização de sexualidades e trajetórias identitárias de gênero não convencionais, discursos normativos sobre a família.

Observamos, ainda, que os discursos são produzidos de modo a desqualificar as narrativas científicas do campo social, reproduzindo um conflito entre visões médicas e sociais. Nessa dinâmica de conflito, observamos que são estabelecidas verdades que deslegitimam outras formas produção de sentido, conforme apontam os estudos decoloniais (Bhabha, 1998; Spivak; 2010; Santos, 2007) e Foucault (2008; 2015).

Comparando os diferentes países da amostra (Brasil, Peru, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Paraguai...) encontramos similaridades na produção discursiva, sugerindo que a motivação discursiva do debate esteja pautada em grandes instituições e grandes narrativas que perpassam e transcendem fronteiras geográficas, apesar de se apoiar em características culturais.



O discurso religioso cristão conservador atravessa a amostra de modo a reforçar os binarismos, a enfatizar a natureza e o corpo biológico como ligados ao divino e as transformações culturais de gênero e sexualidade como “desvios” que corrompem a natureza divina, reforçando o discurso psiquiatrizante, patologizante e fixo sobre a sexualidade. Identificamos também que o papel da narrativa religiosa associa a sexualidade como um campo da moralidade, cooptando tal campo como um domínio das religiões, retirando do Estado a função social de educação da sexualidade.

A intrusão da religião nos debates sobre gênero e sexualidade (e aqui poderíamos advogar, opostamente ao que reivindicam os movimentos: *não metam religião nos estudos de gênero e sexualidade!*), é ainda um acinte contra a laicidade do Estado, sendo válido mencionar que tal introjeção de políticas religiosas nas políticas governamentais não são de hoje, como já explicava Ricardo Mariano (2011), para quem tal coisa se dá mais prementemente a partir da intensificação da participação de lideranças religiosas cristãs na política desde os anos 2000.

Como percebemos, para adeptxs dos dois movimentos, a escola seria uma espécie de potencial antro perpetrador de violências, de onde a criança sairia transformada em homossexual (e sabe se lá mais o que) e que, portanto, caberia as exigências: “não mexa nas nossas crianças!”, “salvem as nossas crianças!”<sup>5</sup>, “Não metam gênero e sexualidade (em outras palavras, “ideologia de gênero”) na educação, pois ela se funda em nossos padrões morais religiosos!” Afinal, como já nota o site da Escola Sem Partido, “os valores de ordem familiar têm precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

Esse combate à pretensa “ideologia de gênero” (muito presente no atual governo federal capitaneado por Jair Messias Bolsonaro, conforme indicam: Maranhão Filho, Coelho, Dias, 2017), e presente nos ideais da Escola Sem Partido (Miguel, 2016) e também do Con Mis Hijos No Te Metas (Lecaros, 2019), se enraíza, como entendemos, na assunção de um projeto moralista embasado na *ideologia de gênesis* (Maranhão Filho, 2018; Maranhão Filho, Franco, 2019). Este se ampara em um certo dispositivo da cis-heteronorma (Maranhão Filho, 2017), que entende que todas as relações de gênero e sexuais provêm da criação divina de um homem/macho (hétero) e, graças à costela deste, de uma mulher/fêmea (igualmente hétero, e secretária/adjutora do primeiro). A partir da ideia de Adão e Eva como o casal primordial e protótipo a ser seguido, atua-se em uma certa legitimação de um ideal de socialização das condutas de procriação (Foucault, 2015), base da família tradicional. Nessa ótica, entende-se que não há salvação para quem estiver fora do padrão cis-heteronormativo de padrões bem definidos (para não dizer definitivos), em que, inclusive, a mulher deve servir ao homem como auxiliar. Nessa perspectiva, além da mulher insubmissa, a homossexualidade também é um mal a ser combatido: “não se meta com nossos filhos, não tente fazer deles homossexuais”, nem tampouco, nesta lógica, pessoas transgêneras.

---

5 Lembramos que Miguel Nagib explica no site da ESP que sua inspiração esteve em movimentos religiosos cristãos estadunidenses como o “Save Our Children”, que a partir da década de 1970 expressava temores em relação à educação sexual e de gênero das crianças em ambiente escolar.

No combate à suposta ideologia de gênero, tais movimentos se mostram, assim, doutrinários e ideológicos ao extremo. Aliás, como nota Cleomar Manhas, “não há nada mais ideológico que a Escola Sem Partido” (Manhas, 2016), que, no fundo, é uma escola com um partido bem definido.

Finalizando, deixamos claro ser uma temeridade a retirada de uma educação respeitosa à diversidade sexual e de gênero das escolas. Grande parte das violências sexuais e de gênero são aprendidas em ambiente doméstico, dentre outros, e é papel fundamental da escola atuar diretamente na conscientização da comunidade escolar e indiretamente em outros âmbitos, colaborando com a transformação do contexto supramencionado.

## Referências

ALVES, Marta Pereira, Amâncio, Lígia, & Alferes, Valentim Rodrigues. Gênero e representações sociais: duplo-padrão sexual em função da religião e da posição política. *Psicologia*, 22(2), pp. 139-160, 2008.

BARRERA, Paulo. Don't you mess with my children. Conservative inter-religious cooperation in Peru in the XXI Century. In: *International Journal Latin American Religions*. Vol. 1. 2017, pp. 296–308.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. Em: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 151-172, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CON MIS HIJOS NO TE METAS. Página oficial do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/ConMisHijosNOArg/posts/el-aborto-no-es-salud-p%C3%BAblica/2117389111840439/>. Acesso em fev. 2019.

DIARIO UNO, publicação peruana, em matéria sobre o Con Mis Hijos No Te Metas, 2017. <http://diariouno.pe/columna/los-enganos-detras-de-la-ideologia-de-genero/>. Acesso em dezembro de 2018. A reportagem não está assinada.

DUTRA, Í., em matéria sobre Escola Sem Partido e Con Mis Hijos No Te Metas. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44787632>, acesso em nov. 2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: [www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org). Acesso em outubro de 2018.

FAVIER, Anthony. *La réception catholique des études de genre. Le genre, approches dépassionnées d'un débat*, Hal archives-ouvertes. Sep. Lille, France, 2012.

FLAVINHO (Flavio Augusto da Silva). Parecer do Projeto de Lei N° 7.180, de 2014 (e apensados), (2018). Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/relator.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade II. O uso dos prazeres. São Paulo: Edições Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. A vontade de saber. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

GOFFMAN, Erving. Estigma e identidade social In: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1998.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue Ciência: tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; TOMAZ, Tadeu (Orgs.). Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Editora Autêntica cap. 3, pp. 35-46, 2009.

HUMM, Maggie. The dictionary of feminist theory. Columbus: Ohio State University Press, 1990.

LECAROS, Véronique. El Dios del movimiento Con Mis Hijos No Te Metas en el Peru. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). Política, Religião e Diversidades: Educação e Espaço Público (Vol. 1). Florianópolis: ABHR / Fogo, 2018, pp. 247-259.

LEMOS, Carolina Teles. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. Caminhos. Goiânia, v. 11, n. 2, pp. 201-217, jul./dez, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo, Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAFFÍA, Diana. Contra las dicotomias: feminismo y epistemología crítica. Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Universidad de Buenos Aires, 2008. Disponível em: <http://dianamaffia.com.ar/archivos/Contra-las-dicotom%C3%ADas.-Feminismo-y-epistemolog%C3%ADa-cr%C3%ADtica.pdf>. Acesso em março de 2018.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, pp. 15-21.

MARANHÃO Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “A travesti morreu, mas carrego ela no caixão” e outras histórias vivas: conversão, transfobia religiosa e morte. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 10, n. 9, pp. 165-216, 2017.

MARANHÃO Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake news acima de

todos”: Bolsonaro e o ‘kit gay’, ‘ideologia de gênero’ e fim da ‘família tradicional”’. *Correlatio*, v. 17, n. 2, pp. 65-90, 2018.

MARANHÃO, Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Matando uma leoa por dia”: ideologia de gênero e de gênese na “cura” de travestis. *Correlatio*, v.17, n. 2, pp. 107-148, 2018.

MARANHÃO, Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque; FRANCO, Clarissa De. “‘Menino veste azul e menina, rosa’ na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da ‘ministra terrivelmente cristã’ dos Direitos Humanos”. *Revista Brasileira de História das Religiões: ANPUH*, Ano XII, n. 34, 2019.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e evangélicos em disputa na esfera pública. *Revista Civitas*, vol. 11 , no. 2, pp. 238-258, maio-agosto 2011.

MEZZOMO, Frank Antonio. Deputados evangélicos e o Programa Escola Sem Partido na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. In: MARANHÃO Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *Política, Religião e Diversidades: Educação e Espaço Público* (Vol. 1). Florianópolis: ABHR / Fogo, 2018, pp. 378-394.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, pp. 590-621, 2016.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública. *Repensando a religião como discurso*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012.

MOURA, Fernanda Pereira de. “Escola Sem Partido”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. *Dissertação (Mestrado em Ensino de História)*, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

NAGIB, Miguel. Parecer do Escola Sem Partido, 2018. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

PL Municipal 867/2014. <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em novembro de 2018.

PL 867/2015. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>. Acesso em novembro de 2018.

PL Estadual 2794/2014. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em novembro de 2018.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223 p.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. #EscolaSemPartidoJá, s.d. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

REIS, Toni. Gênero e LGBTfobia na educação. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, pp. 117-124.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, pp. 1237-1260, jul./set, 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. Rev. Estud. Fem. [conectados], vol.13, n.2 [citado em 2018-11-23], pp. 363-365, 2005.

RUBIA, José Moral de la. Religión, significados y actitudes hacia la sexualidad: un enfoque psicossocial. Revista Colombiana de Psicología, vol. 19. N. 1, pp. 45-59, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78(1), 346, 2007.

SANTOS, Tereza Cristina Bruel dos. Representaciones sociales de género: Un estudio psicossocial acerca de lo masculino y lo femenino. Tese de Doutorado (Faculdade de Psicologia), Universidade Autónoma de Madrid, 2008.

SCHEIBER, Mariana. “Como movimentos similares ao Escola Sem Partido se espalham por outros países”. BBC News Brasil, 2016. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44787632>. Acesso em novembro de 2018.

SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker, Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. Revista Estudos da Religião. v. 28, n. 2, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STENGERS, I. A invenção das ciências modernas. São Paulo: Editora 34, 2002.

XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, pp. 49-58.

Recebido: 30 de setembro de 2019.

Aprovado: 18 de junho de 2020.